



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE CONTRATO

ANEXO II - Contrato de prestação de prestação dos serviços de filmagem da auditoria da votação eletrônica (votação paralela) dos Pleitos Eleitorais 2020, bem como dos sorteios de Urnas que antecedem turno de votação, decorrente do Pregão xx/2020, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral – MS e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxx

*Pelo presente instrumento a **União**, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul**, com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS, residente em Campo Grande-MS, doravante denominado Contratante, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob n. xxxxxxxx, estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx/xxx, telefone: (xx) xxxx-xxxx, e-mail: xxxx@xxxxxxxxxx, representada neste ato por xxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da CI RG xxxxx SSP/RS e CPF xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Edital de Pregão n. xx/2020 - Processo SEI 0004097-62.2020.6.12.8000 e proposta do contratado, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:*

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto os serviços de filmagem da auditoria da votação eletrônica (votação paralela) dos Pleitos Eleitorais 2020, bem como dos sorteios de Urnas que antecedem turno de votação.

1.2. Fazem parte do presente Contrato, vinculando-se ao mesmo independente de

transcrição, o Termo de Referência (Anexo-I), e a proposta da Contratada, no que não conflitar com as disposições deste contrato e do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A execução dos serviços proceder-se-á conforme conceitos, definições e descrição da execução dos serviços, do Termo de Referência (Anexo-I), que é o instrumento que fixa as condições que disciplinarão o desenvolvimento da contratação e execução dos serviços, devendo ser seguido em todas as suas disposições que não conflitem com este termo.

2.2. A descrição, condições para a prestação dos serviços estão dispostos no CAPÍTULO II – DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO e do CAPÍTULO III – DAS RESPONSABILIDADES DA EMPRESA CONTRATADA QUANTO AO SERVIÇO A SER EXECUTADO do Termo de Referência do Pregão xx/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O regime deste contrato será o de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS

4.1. O período de vigência deste contrato é de 6 (seis) meses, contados da sua assinatura, podendo ser encerrado por resolução, caso o objeto seja totalmente concluído antes do prazo previsto.

4.2. Os prazos de execução dos serviços são os dispostos no CAPÍTULO II – DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO e do CAPÍTULO III – DAS RESPONSABILIDADES DA EMPRESA CONTRATADA QUANTO AO SERVIÇO A SER EXECUTADO do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. O valor total do presente contrato é de R\$ xxxxxxxxxxxx
(xx).

5.2. A descrição sintética e os valores discriminados dos itens estão indicados a seguir:

GRUPO 1 – FORMADO PELO ITENS 1 A 4					
ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	UNIDADE	QTD	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
	Filmagem, gravação, edição referentes ao Sorteio das Urnas que serão auditadas no 1º e no 2º Turno das				

1	Eleições/2020, em conformidade com as disposições do Termo de Referência (uma unidade de serviço para o 1º Turno e uma unidade para o 2º Turno, este se houver)	SERVIÇO	2		
2	Exibição do Sorteio (Item 1) pelo canal do Youtube do TRE-MS, em conformidade com as disposições do Termo de Referência (uma unidade de serviço para o 1º Turno e uma unidade para o 2º Turno, este se houver)	SERVIÇO	2		
3	Filmagem, gravação, edição referentes aos procedimentos de votação paralela a serem realizados no dia do 1º e do 2º turno das Eleições/2020, em conformidade com as disposições do Termo de Referência (uma unidade de serviço para o 1º Turno e uma unidade para o 2º Turno, este se houver)	SERVIÇO	2		
4	Exibição do Processo de Auditoria (Votação Paralela – Item 3) pelo canal do Youtube do TRE-MS, em conformidade com as disposições do Termo de Referência (uma unidade de serviço para o 1º Turno e uma unidade para o 2º Turno, este se houver)	SERVIÇO	2		
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO (soma dos valores totais dos itens 1 a 4)					

5.2. No preço estão inclusos todos os custos necessários e previsíveis para a perfeita execução do objeto aqui contratado (técnicos, materiais, equipamentos, impostos, taxas, emolumentos, fretes, deslocamentos, e outros necessário à realização dos serviços), não sendo aceito, posteriormente, qualquer pedido de acréscimo, cuja previsibilidade fosse possível.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **CAPÍTULO VI - DA NOTA FISCAL e no CAPÍTULO VII- DO PAGAMENTO** do Termo de Referência

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

7.1. Não há reajustamento de preços em contratos com vigência inferior a 12 meses, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

7.2. Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

7.3. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA OITAVA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

8.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas por Créditos Orçamentários fixados na Lei Orçamentária Anual para o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, pela seguinte dotação orçamentária xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

9.1. O recebimento dos serviços deverá ser realizado conforme as disposições do art. 73 e seguintes da Lei n.8.666/93, bem como disposições do Termo de Referência.

9.2. Os serviços deverão ser entregues em 2 (duas) cópias de todo o conteúdo filmado de cada turno de Eleição, referentes a:

- a) **Dos procedimentos do Sorteio:** das 2 câmeras, em mídia de armazenamento externo (HD Externo ou Pen Drive), devidamente identificadas (1º e 2º Turnos);
- b) **Dos procedimentos de Votação Paralela:** das 06 câmeras e do sinal multiplexado, em mídia de armazenamento externo (HD Externo ou Pen Drive), devidamente identificadas (1º e 2º Turno).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. As disposições quanto a fiscalização e ao acompanhamento dos serviços estão dispostas no CAPÍTULO V – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

12.1. Os direitos e deveres do CONTRATANTE são aquelas previstas no CAPÍTULO IX - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Os direitos e obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no CAPÍTULO X - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

14.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

14.2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções das obrigações;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual.

14.3. Será aplicada **MULTA**:

- a) de **1% (um por cento)** por dia de **atraso no início ou na entrega dos serviços**, sobre o valor total do item do contrato, limitada a sua aplicação a 20 (vinte) dias, sendo, após esse prazo, caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão, mediante análise da Administração;
- b) de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, caso a empresa **deixe de emitir ou encaminhar documento fiscal imprescindível ao pagamento**;
- c) de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do item do contrato, **por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato ou do Termo de Referência, que não esteja**

especificada nas outras alíneas deste item, por ocorrência;

d) de **15% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, caso a contratada **deixar de assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório**, na forma prevista em lei;

e) de **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, se a contratada se negar a executar os serviços solicitados sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições deste Contrato, levar o TRE/MS à rescisão, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

14.3.1.. Na aplicação das multas acima serão consideradas a natureza e gravidade da infração cometida, os danos que provierem para o serviço público, podendo a Administração motivadamente, com vistas a atender os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, agravar ou atenuar as multas em **2/3, 1/2 ou 1/3**.

14.3.2. O valor da multa poderá ser descontado dos valores devidos à CONTRATADA.

14.3.3. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

14.3.4. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

14.3.5. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

14.3.6. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.

14.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

a) se a Contratada, por atrasos sucessivos e não justificados, levar o Tribunal à rescisão do contrato ou de algum de seus itens;

b) se a Contratada deixar de cumprir definitivamente obrigação prevista neste Contrato.

14.5. Da aplicação das sanções de multa e impedimento de contratar caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

14.6. Todas as penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

15.1. A rescisão do presente Contrato ocorrerá nos casos previstos nesta avença e no Termo de Referência, bem como nos casos previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às

disposições do art. 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

15.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) Unilateral** e por ato escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;
- b) Unilateral**, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93;
- c) Amigável**, por interesse comum das partes, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial**, nos termos da legislação vigente.

15.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.5. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

15.6. No caso de não ocorrência do segundo turno dos Pleitos Eleitorais, o contrato ficará automaticamente decrescido do percentual relativo ao respectivo Turno, motivando a rescisão unilateral e amigável do contrato para a prestação dos serviços relativos ao referido Pleito, pela perda do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DOS FUNDAMENTOS

16.1. Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e pelo Termo de Referência e demais anexos a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

16.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e a legislação vigente própria e/ou específica ao objeto deste Contrato, no que não conflitar com a supremacia do interesse público, que é característica de todo contrato pactuado pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.

18.2. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresse, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DO FORO

19.1. É competente o foro da Justiça Federal, em Campo Grande – MS, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por terem convencionado, aceito e declarado, as partes assinam este termo, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande, xx de xxx de 2020.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXXX
Representante legal da empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 17/08/2020, às 18:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0865804** e o código CRC **8695CFD4**.